

Uniformização dos zoneamentos ecológico-econômicos de áreas adjacentes

Talita Nogueira Terra¹
João dos Santos Vila da Silva²

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento e organização do território brasileiro (Decreto nº 4.297 10 de julho de 2002), sendo obrigatório a sua elaboração pelos Estados da Federação. O ZEE tem como atribuição fornecer subsídios para a gestão do território entre as várias esferas, tanto no setor público quanto no privado e/ou na sociedade civil. Está relacionado com o planejamento de uso e ocupação da terra, considerando as potencialidades e limitações dos meios físico, biótico e socioeconômico, tendo como eixo norteador os princípios da sustentabilidade.

A elaboração de ZEE deve ser feita a partir de dados levantados do meio físico, biológico, socioeconômico, aspectos jurídicos e institucionais. A análise integrada e interdisciplinar desses dados subsidia a tomada de decisão no que se refere à proteção, à conservação, ao desenvolvimento ou à recuperação de uma determinada região. Mesmo com estudos acadêmicos e documentos norteadores elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) não há um consenso sobre a elaboração dos ZEEs, tornando difícil a comparação entre eles ou a junção de áreas (estados, bacias hidrográficas...) adjacentes.

Nesse contexto, o objetivo foi avaliar as diferenças de zoneamento na área fronteira do ZEE da sub-bacia do Purus (COMISSÃO ESTADUAL..., 2011) e do ZEE do Acre (ACRE, 2010).

A área de estudo analisada foi a fronteira entre a sub-bacia do Purus (região pertencente ao estado do Amazonas) e o estado do Acre (Figura 1).

¹ Bolsista DTI/CNPq, talitanogueiraterra@gmail.com

² Embrapa Informática Agropecuária, joao.vila@embrapa.br

O material vetorial (em formato *shapefile*) utilizado na elaboração desses Zoneamentos Ecológico Econômico foi levantado e inserido no sistema web i3geo com o auxílio do software *Quantum GIS* com o intuito de agrupar em um único banco de dados todos os materiais disponíveis dos ZEE da Amazônia Legal.

Para facilitar a interpretação e a visualização dos mapas, estes foram colocados nas cores padrão do zoneamento de cada Estado (Figura 1). Além disso, em uma planilha Excel foram tabuladas as zonas adjacentes umas às outras, a fim de verificar as diferenças encontradas e, portanto, fornecer alicerce para discussão (Tabela 1).

Ao ser analisada a fronteira dos ZEEs, foi possível visualizar as diferenças no zoneamento, ou seja, em algumas regiões o limite do Estado significa fim de uma subzona, o que deveria ser somente um limite político e portanto, a subzona ter seu desenho continuado no estado vizinho. Este fato se deve a não padronização da informação para delimitar as zonas, onde cada Estado realiza suas análises embasadas em um banco de dados diferente.

A sub-bacia do Purus possui três zonas que são subdivididas em subzonas, enquanto que o Acre possui quatro zonas que também foi dividida.

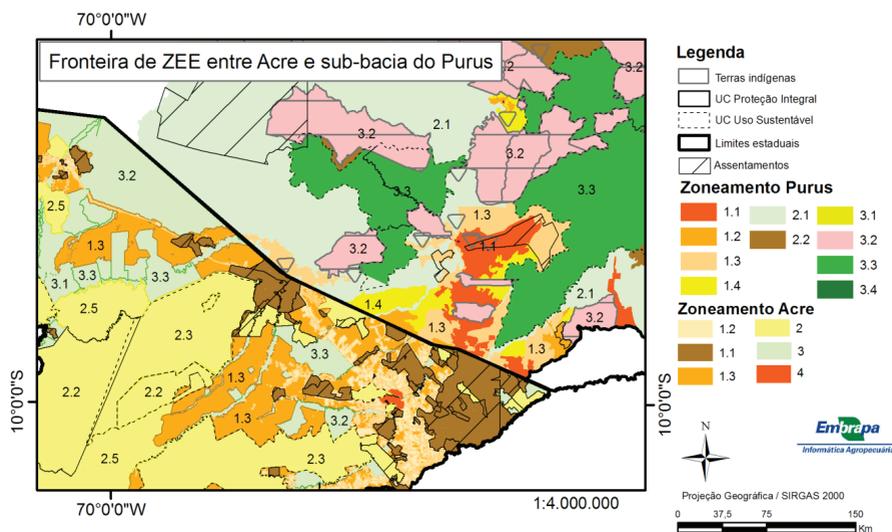


Figura 1. Localização da área de estudo.

Tabela 1. Comparação entre as fronteiras do ZEE da sub-bacia do Purus e do Acre.

ZEE sub-bacia do Purus	ZEE do Acre
Sub-Zona 1.1	Sub-Zona 1.1 e Sub-Zona 1.2
Sub-Zona 1.2	Sub-Zona 1.1 e Sub-Zona 1.3
Sub-Zona 1.3	Sub-Zona 1.1, Sub-Zona 1.2 e Sub-Zona 1.3
Sub-Zona 1.4	Sub-Zona 2.2
Sub-Zona 2.1	Sub-Zona 1.1, Sub-Zona 1.2, Sub-Zona 1.3, Sub-Zona 2.2 e Sub-Zona 3.2

No entanto, isso não quer dizer que o levantamento de dados do Acre foi maior e/ou mais minucioso, pelo contrário, a sub-bacia do Purus teve um levantamento muito mais detalhado, inclusive com as rotas de produção de mais de 15 produtos. Mas, o detalhamento não quer dizer que o ZEE ficou melhor, pois depende de como esse dado foi utilizado, e se foi utilizado.

O ideal é que se padronizem as informações levantadas assim como a escala de mapeamento, pois o nível de detalhe deve ser o mesmo para que haja padronização da informação, permitindo assim a comparação entre elas. Em um primeiro momento, pode ser averiguado que são primordiais as informações de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral, terras indígenas, áreas urbanas, assentamentos, hidrografia, vias de acesso, pedologia, uso da terra, geomorfologia, fitofisionomia e geologia. Com esses dados, com a participação da população residente na área e com a troca de informação entre o estado adjacente, permitirá com que os ZEEs sejam compatíveis e, portanto, comparáveis.

Referências

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, fase II (escala 1:250.000)**: documento síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

COMISSÃO ESTADUAL DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Metodologia do ZEE - organização do espaço regional diagnóstico Sócio-Ambiental**. (Escala 1:250.000): relatórios I e II. Manaus: SDS, 2011. 574 p.

